

O Caso Aracruz Celulose no Brasil:

ECAs exportando insustentabilidade

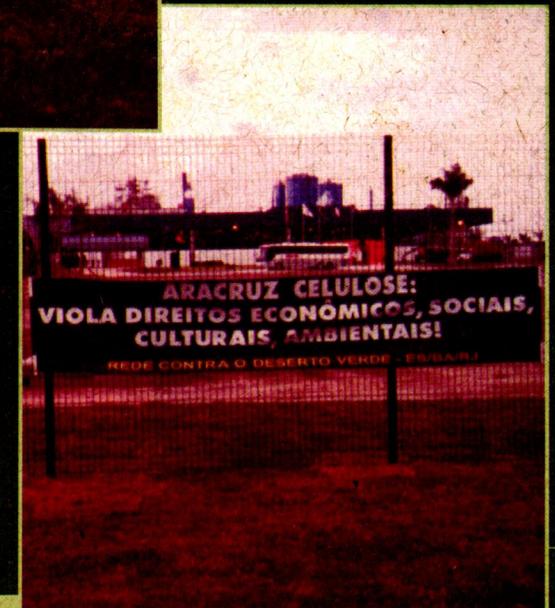
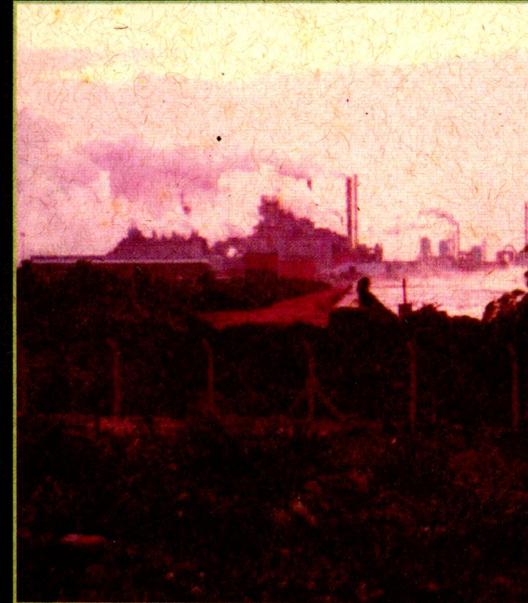
Realização:



Publicação:



KANSALAI SJÄRJESTÖJEN VIENTILUOTTOKAMPAJNA
Finnish ECA Reform Campaign



Espirito Santo . Brasil . 2003

APRESENTAÇÃO	05
1 - O PROJETO DE EXPANSÃO DA ARACRUZ CELULOSE	07
1.1 - Fábrica C	07
1.2 - O aumento dos plantios	08
1.3 - Alguns comentários críticos	10
2 - OS ASPECTOS AMBIENTAIS	13
2.1 - Fábrica C	13
2.2 - Os plantios - "uma floresta morta que mata tudo"	17
2.3 - O processo de licenciamento da Fábrica C.....	19
3 - ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS	22
3.1 - A expulsão das famílias do campo	22
3.2 - A reforma agrária paralisada	23
3.3 - Resistência crescente: plantio de eucalipto proibido por lei	24
3.4 - Mais eucalipto significa menos emprego e menos renda	26
3.5 - Plantio de eucalipto não gera imposto	27
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	28
LISTA DE ABREVIÇÕES	31
LITERATURA CONSULTADA	31
ANEXO I: <i>Sobre a Campanha Finlandesa de Reforma das ECAs</i>	33
ANEXO II: <i>Sobre a Fase</i>	34
ANEXO III: Mapa	35

Possibilitado através da parceria entre a equipe da FASE no Espírito Santo, Brasil e a campanha finlandesa de organizações não governamentais (ONGs), para reformar as "Agências de Crédito de Exportação" (ECAs), este estudo persegue dois objetivos principais. Por um lado, tenta atingir as sociedades nórdicas, suas ongs, universidades, mídia, indústrias, instituições e indivíduos de forma a tornar visível o profundo impacto de suas exportações de crédito para implantação de indústrias no hemisfério sul. Por outro lado, o alvo é a sociedade brasileira, os povos e grupos sociais que mais diretamente convivem e resistem ao projeto de expansão da empresa Aracruz Celulose S/A e à construção da sua terceira fábrica, no Estado do Espírito Santo, Brasil. Trata-se portanto de um "caso símbolo", de grande relevância para uma avaliação das relações norte-sul.

A Agência Finlandesa de Crédito para Exportação foi quem garantiu a venda de equipamentos finlandeses para Aracruz Celulose no valor de US\$ 11 milhões (www.leonia.com, 2000). Este estudo pretende ser uma contribuição efetiva para a luta da Campanha Finlandesa e de outros países nórdicos por mudanças nos critérios de suas agências governamentais, garantindo no futuro que somente sejam concedidos "créditos" para empreendimentos que beneficiem as comunidades locais e que busquem preservar os recursos naturais. Portanto, se este estudo pretende mostrar ao leitor nórdico as conseqüências da política de suas "Agências de Crédito para Exportação" junto às populações locais no Brasil e seus recursos naturais, ao mesmo tempo tenta ser útil para todos os brasileiros que queiram entender melhor os impactos que uma empresa plantadora de eucalipto e produtora de celulose causa em um vasto território.

Localizada no Município homônimo de Aracruz, no Estado do Espírito Santo, região Sudeste do Brasil, a chamada Fábrica C da Aracruz aumentará sua capacidade anual de produção de celulose de fibra curta branqueada ao sulfato de 1,24 para 1,94 milhões de toneladas, fortalecendo assim a posição da empresa como maior produtora mundial deste tipo de polpa (Aracruz Celulose, 2002c). Para atingir a nova meta de produção, é óbvio que a empresa precisa de maior disponibilidade de matéria prima, neste caso a madeira de fibras curtas de eucalipto. Para tal, seus plantios homogêneos concentrados ao longo da faixa centro-norte do litoral do Espírito Santo avançam a passos largos em direção ao interior do Estado e ao sul do Estado da Bahia e é por isso que o seguinte estudo não quer e nem pode se restringir a impactos da área industrial, mas necessariamente precisa incluir na sua avaliação as conseqüências do projeto de expansão da Aracruz para as regiões onde a empresa pretende incrementar os plantios, anexando e concentrando um território ainda mais vasto sob seus domínios.

Apresentação

Inaugurada em 02 de Agosto de 2002, a Fábrica C projeta uma sombria intensificação dos impactos sociais, ambientais e econômicos sobre a sociedade e o meio ambiente regional. Sempre atrelada ao Estado e sem aprender com sua própria experiência histórica, a empresa repete "erros" das duas primeiras fábricas (1978, 1991), atualizando antigos conflitos ainda sem resolução a contento, além de criar novos tipos e formas de impactos. Estarão aqui, sob análise crítica, três momentos desse processo de instalação de mais uma fábrica da empresa: 1) O processo de licenciamento e monitoramento ambiental do empreendimento por parte do Estado. 2) Os conceitos e idéias que orientaram a escolha de algumas das tecnologias adotadas. 3) O abusivo consumo de água de 3 mega-fábricas de celulose reunidas em uma mesma planta industrial.

O texto não pretende ser uma avaliação de impactos, como se este trabalho fosse mais um Estudo e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA), exigência legal para projetos industriais desse porte no Brasil. O EIA/RIMA, normalmente elaborado por estudiosos de várias áreas de conhecimento, muitas vezes não leva em conta as opiniões, o saber empírico e as experiências das comunidades do entorno do empreendimento e tampouco consegue transmitir suas análises para essas populações, suas organizações e movimentos representativos. Ao contrário, este texto se construiu a partir de uma tentativa de escuta dos discursos, opiniões, suspeitas, hipóteses e expectativas da sociedade que tradicionalmente habita na região, e que vive o cotidiano dos impactos.

Iniciando-se com uma descrição do projeto da Fábrica C, baseado principalmente nos dados do EIA/RIMA e da própria empresa, o texto aborda, em seguida, alguns aspectos ambientais, seja da parte industrial seja em relação à expansão do plantio de eucalipto. O quarto capítulo faz uma reflexão sobre as conseqüências sócio-econômicas do projeto de expansão. Por fim, com algumas considerações, busca-se contribuir na definição de critérios para que este tipo de projeto possa ter um mínimo de sustentabilidade ambiental, social e econômica na região onde está inserido.

1. O PROJETO DE EXPANSÃO DA ARACRUZ

1.1 A FÁBRICA C

A decisão definitiva para investir na construção de mais uma fábrica de celulose, o chamado projeto "FIBERLINE" C, ocorreu numa reunião do Conselho de Administração da empresa, realizada em 05 de junho de 2000, na presença do Presidente do Conselho, o norueguês Erling Sven Lorentzen (Aracruz Celulose, 2002c).

Segundo o EIA/RIMA¹ - que trata do projeto "FIBERLINE C", elaborado pela empresa CEPEMAR - em dezembro de 1999, a Aracruz expandiu suas duas unidades de produção, constituídas pelas Fábricas A e B, inauguradas respectivamente em 1978 e 1991, com uma terceira unidade, a chamada Fábrica C, passando para cinco o número de linhas de produção. Assim, a produção anual aumentou de 1,24 para 1,94 milhões de toneladas de celulose branqueada, ou seja, um acréscimo de 700 mil toneladas, produzindo celulose sem uso de cloro elementar, o chamado ECF (veja capítulo 3) (CEPEMAR, 1999).

A nova fábrica utilizará como matéria prima a madeira de Eucalipto grandis, urophylla e urograndis, clones e híbridos. Considerando o consumo médio de madeira pela Aracruz em 1999 de 3,8 m³/tonelada de celulose produzida, calcula-se que a Fábrica C consuma cerca de 2.660.000 m³ de madeira ao ano. O consumo de água da empresa aumentou, segundo o EIA/RIMA, de 1,54 para 2,224 metros cúbicos por segundo. Para garantir este aumento, foi construído em 1999 o canal "Cabloco Bernardo" que traz água da bacia do Rio Doce para a atual barragem da empresa (CEPEMAR, 1999).

Da celulose produzida, 97% é exportada e usada principalmente para a produção de papéis sanitários (51%) e especiais (20%), utilizados sobretudo por europeus (37%) e norte-americanos (37%) (Aracruz Celulose, 2002c).

Segundo a própria Aracruz, o projeto de expansão, consistindo na construção da Fábrica C e no aumento dos plantios de eucalipto em mais 72 mil hectares, alcançou aproximadamente US\$ 825 milhões em investimentos: US\$ 575 milhões para a área industrial, US\$ 220 milhões para o aumento dos plantios

¹ A implementação de uma fábrica de celulose no Brasil é disciplinada por uma série de dispositivos federais, estaduais e municipais. O mais importante é a Constituição Federal que no artigo 225, par. 1º, itens IV e V, dispõem sobre a exigência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA) da atividade poluidora e controle da poluição das atividades que venham a causar risco a vida, a qualidade de vida e ao meio ambiente. A resolução 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) estabeleceu as regras, responsabilidades e critérios para se

e US\$ 30 milhões para infra-estrutura, logística e outros fins (Aracruz Celulose, 2002c). Para garantir estes recursos, a empresa recorreu ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), um banco público brasileiro, acionista da empresa desde 1975. Em junho de 2001, o Banco aprovou um financiamento para o projeto de expansão da Aracruz no valor de R\$ 666,3 milhões (cerca de US\$ 290 milhões - junho/2001), a serem aplicados tanto na nova fábrica bem como no plantio de mais eucalipto. Além disso, a Aracruz Trading S.A, empresa que faz parte do Grupo Aracruz, cuidando do desenvolvimento de novos mercados, obteve do BNDES uma linha de financiamento de cerca de US\$ 100 milhões. A Aracruz Celulose conseguiu também, entre fevereiro e junho de 2001, um montante de US\$ 180 milhões com outros bancos (BNDES, 2000). Não foram encontrados dados precisos sobre os valores em relação aos demais empréstimos ou/e capital próprio investido no empreendimento. De qualquer forma, esses são valores relativamente inferiores aos já citados.

Enquanto quase toda produção de celulose é exportada, boa parte da nova linha de produção foi importada. Andritz-Ahlstrom, Kvaerner, Metso, ABB, Siemens e Voith Paper, empresas alemãs, finlandesas, suíças, suecas, austríacas e norueguesas estão entre os principais fornecedores, envolvendo contratos de centenas de milhões de dólares, além de empresas americanas. A empresa finlandesa Jaakko Poyry Consulting, consultora da Aracruz desde dos anos 70 e conhecida mundialmente pelo seu trabalho em plantações florestais e fábricas de celulose foi fundamental para o projeto de expansão da Aracruz (Lohmann, 2002b)².

A construção da Fábrica C foi realizada em 15 meses, um tempo recorde, conforme a própria empresa Aracruz. Não há dados recentes sobre quantas pessoas encontraram trabalho na construção e por quanto tempo. Segundo o EIA/RIMA, a obra geraria em média 900 empregos na construção da planta industrial, atingindo no pico das obras (julho/2001) 1.920 trabalhadores. Porém, posteriormente a Fábrica C geraria 173 empregos diretos, sendo 113 próprios da Aracruz e 60 terceirizados (CEPEMAR, 1999)

1.2 O AUMENTO DOS PLANTIOS

Conforme os dados da própria Aracruz, as plantações da empresa que asseguram o funcionamento das fábricas A e B abrangem cerca de 170.000 hectares de plantios próprios no Espírito Santo e na Bahia, além de 37.000 hectares de plantio dentro do chamado "Programa Fomento Florestal", isto é, o plantio de eucalipto em propriedades de terceiros, sobretudo produtores rurais, no Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais (Aracruz Celulose, 2002c)

² A empresa finlandesa Partek cuida da manutenção das máquinas de corte de eucalipto que a Aracruz Celulose utiliza.

O programa Fomento Florestal foi criado pela Aracruz Celulose no início dos anos 90, já que naquele momento a empresa estava impedida de comprar mais terras no Espírito Santo. Expandindo-se sobre territórios outrora destinados apenas à agricultura familiar de subsistência, o programa busca a assinatura de contratos entre produtores rurais e a empresa, estabelecendo que os produtores plantem, em suas terras, uma determinada quantidade de hectares de eucalipto com mudas da empresa, e que vendam a madeira após o corte para a mesma Aracruz.

Para que a nova fábrica funcionasse o mais rápido possível com sua capacidade máxima, a Aracruz precisava garantir a curto prazo o aumento da oferta de madeira. A estratégia adotada consistia nas seguintes ações:

- A compra dos 45% da participação do Grupo Odebrecht na empresa Veracel, que detém plantações no Estado vizinho da Bahia. Assim, a Aracruz tornou-se sócia igualitária no empreendimento com a sueco-finlandesa Stora Enso, adquirindo 3,5 milhões de metros cúbicos de madeira, que serão transportados para a nova fábrica em Aracruz por barcaças, implicando na construção de um porto no Município de Caravelas na Bahia, bem como na ampliação do Portocel em Barra do Riacho no Espírito Santo, situada ao lado do complexo industrial da Aracruz (Aracruz Celulose, 2002c).

- A tentativa frustrada da compra, junto com a Votorantim, das 51,48% da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na Celulose Nipo Brasileira (CENIBRA), situada no Estado de Minas Gerais, e posteriormente adquirido pelo outro acionista da CENIBRA: a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co. Ltd. (JBP) (Aracruz Celulose, 2000)

- A compra, em fevereiro de 2002, de 40 mil hectares de plantações da empresa Florestas Rio Doce S.A, de propriedade da CVRD, feita em conjunto com a Bahia Sul, outra empresa do setor, com planta industrial no extremo sul da Bahia e plantios vizinhos aos da Aracruz (Aracruz Celulose, 2002 a). São 20 mil hectares a mais para as bases florestais de cada uma das empresa.

Segundo a própria Aracruz, como estratégia a médio prazo, a empresa pretende ampliar suas plantações no Espírito



Área de eucalipto recém cortada da Aracruz Celulose

Santo, na Bahia e mais recentemente no Rio de Janeiro, em 72 mil hectares (Aracruz Celulose, 2002c).

Porém, segundo o próprio BNDES, os novos plantios totalizarão 129 mil hectares, um número bem maior do que o divulgado pela Aracruz (BNDES, 2002). Tentaremos então fazer as contas a partir das pretensões da empresa nos vários Estados:

- Na Bahia, a empresa está num processo de expansão, tendo já licenciado o plantio de mais 42.000 hectares, dos quais cerca de 20.000 hectares já foram plantados³.

- No Espírito Santo, segundo os condicionantes da 3ª fábrica, a empresa adquirirá 17 mil hectares e aumentará o plantio através de fomento florestal (plantio de eucalipto por terceiros) em mais 30 mil hectares (SEAMA, 2000).

- No Rio de Janeiro, a empresa assinou um protocolo com o Governo Estadual em outubro de 2001 para o plantio de 12 mil hectares em terras próprias a serem adquiridas e 30 mil hectares em fomento florestal (Jornal do Brasil, 2002).

Somando estes números dos três Estados, chegamos a um aumento de plantio de 131 mil hectares, mostrando que o BNDES está mais próximo da realidade do que a informação divulgada pela própria Aracruz.

1.3 ALGUNS COMENTÁRIOS CRÍTICOS

Um crescimento contínuo

Os novos plantios de eucalipto que a Aracruz está implementando somente estarão produzindo madeira para celulose daqui a 6 ou 7 anos. Crescer continuamente e incondicionalmente é o imperativo categórico de empresas como a Aracruz: crescer para não perder seu espaço no mercado mundial. Como maior produtora mundial de celulose branqueada de fibras curtas, a empresa tem claramente esta pretensão. Nesse sentido, vale ressaltar que foi assinada no dia 08 de maio de 2003 um termo de compromisso entre a Aracruz, Stora-Enso e o Governo da Bahia para construir a fábrica de celulose da Veracel com a capacidade de produção anual de 900 mil toneladas, significando um investimento de US\$ 1,25 bilhão (Gazeta On Line, 09/05/2003). Esta decisão implica novamente numa forte ampliação das áreas de plantio.



³ Informações do CEPEDES, ONG do extremo Sul da Bahia que atua em pesquisas de questões sócio-ambientais nessa região, sobretudo a expansão das plantações de eucalipto.

Esta tendência de crescimento contínuo corresponde também com a visão do BNDES que, conforme um estudo próprio sobre o setor de celulose e papel, no período de 1995-2005, prevê uma grande oportunidade das empresas brasileiras de exportação de celulose, devido à expectativa do aumento do consumo mundial a uma taxa média anual de 3,3% (BNDES, 2002), notadamente entre europeus e americanos do norte.

A nova planta da Aracruz se inicia na Europa, com as ECAs, e também se conclui no velho continente, no consumo desenfreado de papéis descartáveis.

A quem beneficia, mais uma fábrica de celulose?

O fato de que a grande maioria das máquinas da Fábrica C foram importadas reflete o profundo dilema da economia brasileira: para exportar muito, tem de importar muito também. Só que exporta produtos semi-elaborados ou mesmo em estado bruto, de pouco valor agregado; ao mesmo tempo em que importa "tecnologia", maquinário, produtos de maior valor, cuja venda foi garantida e assegurada por créditos de exportação de governos europeus. Como exemplo temos o governo da Finlândia, através de sua Agência de Crédito para Exportação (ECA). Este mecanismo mostra que as decisões sobre a construção deste tipo de fábrica não é bem uma decisão brasileira e que os benefícios são muito mais para Europa do que para o Brasil. A nova planta da Aracruz se inicia na Europa, com as ECAs, e também se conclui no velho continente, no consumo desenfreado de papéis descartáveis.

E é claro que os contratos de crédito dessas importações milionárias, inclusive seus processos decisórios, não são de fácil acesso, seja para as sociedades do Sul, seja para as do Norte. A campanha internacional de ONGs por reforma e transparência das ECAs atinge um núcleo central do sistema, responsável direto pelo aprofundamento do desequilíbrio Norte-Sul.

Do lado brasileiro, o BNDES segue a obscuridade característica dos bancos europeus de investimento. Quanto aos valores detalhados e condições dos financiamentos e seguros do banco para projetos de grandes grupos econômicos brasileiros ou multinacionais, a exemplo da Aracruz, além dos dados apresentados anteriormente, não há suficiente clareza e transparência nos valores. De qualquer forma, a comparação entre os cerca de 1 bilhão de reais (cerca de US\$ 435 milhões - junho/2001) de empréstimos à terceira fábrica da Aracruz e o orçamento de toda a agricultura familiar brasileira no ano de 2000 para programas de custeio e investimento (R\$ 600 milhões - cerca de US\$ 261 milhões - junho/2001), não deixa margem à dúvida: ao lado das ECAs européias e de grandes corporações como a Aracruz, o BNDES tem investido sem o menor critério de viabilidade social,

ambiental, econômica. Vale lembrar que cada emprego permanente (no total foram 113 empregos próprios e 60 indiretos) (CEPEMAR, 1999), gerado na Fábrica C, custou US\$ 3.323.699,40, considerando o custo total do empreendimento que é da ordem de US\$ 575 milhões.

Este último dado mostra que a geração de emprego, algo que devia ser um benefício para o Brasil, acaba sendo extremamente limitado, não contribuindo para o combate ao desemprego. E a se julgar pelo padrão atual que vigora na empresa, é possível prever um aumento da dualização entre as "categorias" de trabalhadores. De um lado os diretamente contratados pela Aracruz (1.542 em 2001) (Aracruz Celulose 2002c), com salários acima da média regional, vínculos empregatícios sólidos e com diversos serviços e benefícios por parte da empresa. De outro lado, a maioria, os trabalhadores terceirizados e sub-contratados⁴ (3.037 em 2001) (Aracruz Celulose, 2002c), com salários abaixo dos da empresa, piores condições de trabalho, poucos benefícios e serviços empresariais. Dividido entre mais de quatro sindicatos de trabalhadores⁵, o movimento sindical perdeu grande parte de seu poder de negociação, haja visto os poucos avanços dos direitos dos trabalhadores nos últimos acordos. Ao lado da terceirização, a mecanização do corte, desempregando cerca de 10 mil trabalhadores florestais nos últimos 15-20 anos, foi outro fator fundamental na diminuição do poder de barganha da categoria. Com a terceira fábrica, o problema continua sem solução: terceirização é sinônimo de degradação. Empresa recordista em passivo trabalhista, a Aracruz Celulose já possuiu mais de 1000 processos trabalhistas na justiça do trabalho brasileira. Cerca de 180 desses casos eram relacionados a ex-trabalhadores dos plantios, envenenados por agrotóxicos ou mutilados por moto-serra.

Uma inauguração com protestos

Quando no dia 02 de agosto, a Fábrica C foi inaugurada oficialmente pelo ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, não é de se estranhar que aconteceu paralelamente um protesto diante do portão principal da empresa. Cerca de 800 manifestantes, sendo trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores, índios, pescadores, ambientalistas, defensores de direitos humanos, estudantes e demais cidadãos, demonstraram pacificamente a coletiva revolta contra a inauguração da nova fábrica. Diferente do que diz a empresa e o Estado, nem todos louvam um empreendimento com tanto financiamento público, com tanta produção, com tanta exportação de produtos semi-elaborados e importação de máquinas de última geração. Os benefícios reais para o Espírito Santo, como foi comentado anteriormente, são muito pequenos.

⁴ Alguns ex-trabalhadores diretos da empresa, re-sub-contratados!

⁵ São três sindicatos de trabalhadores dos plantios e um relacionado a indústria e, ainda, os demais trabalhadores terceirizados na indústria estão divididos entre várias categorias, tais como construção civil, metalúrgicos, portuários, etc...

A manifestação do dia 02 de agosto teve grande repercussão na mídia nacional brasileira. A presença do então Presidente da República Fernando Henrique, de ministros do Estado, governador estadual e do Presidente norueguês da Aracruz, Sr. Lorentzen, atraiu jornalistas dos



Protestos na inauguração da Fábrica C

principais meios de comunicação do Rio de Janeiro (Jornal O Globo, Jornal do Brasil) e de São Paulo (Jornal O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, TV Record). Em toda a mídia nacional, o caso Aracruz é emblemático, como exemplo de empresa que gera os mais fortes protestos por parte da sociedade em que está instalada. Como de praxe, fiel a um de seus mais importantes anunciantes, a mídia regional do Espírito Santo (Rede A Gazeta e Jornal A Tribuna), somente cobriu o evento oficial da empresa, como se a ampliação da Aracruz não tivesse sob imensa resistência por parte de índios, quilombolas, pescadores, carvoeiros, pesquisadores, professores, padres, pastores, ongs, pequenos agricultores e trabalhadores sem terra.

Vale ressaltar que os convidados ilustres, que assistiram ao evento oficial naquele dia⁶, vieram em grande parte de fora do Estado do Espírito Santo e inclusive do exterior. Os manifestantes, no entanto, eram, sobretudo, representantes das comunidades do entorno do projeto de expansão da empresa. Eram comunidades que vivem perto da fábrica e nas regiões onde os novos plantios de eucalipto estão acontecendo. São essas comunidades que nos interessam, na continuidade deste estudo, são essas que não se beneficiam do novo empreendimento, ao contrário, sofrem mais dos impactos ambientais e sócio-econômicos das atividades da Aracruz.

2. OS ASPECTOS AMBIENTAIS

2.1 A FÁBRICA C

A escolha de tecnologias: as vendas em primeiro lugar

Em 1978, em plena ditadura militar brasileira, quando a empresa

⁶ A direção da Aracruz não convidou os próprios trabalhadores para a festa oficial.

Inaugurou sua primeira fábrica, ela sequer se preocupava com a poluição que ia causar. Foi assim até o início dos anos 90, quando, durante a conferência mundial das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento no Rio de Janeiro, a ECO-92, o navio do Greenpeace fechou simbolicamente o porto da Aracruz para protestar contra a poluição indiscriminada do complexo industrial durante tantos anos.

Somente a partir desse período é que a empresa começou a investir na despoluição das diversas emissões, forçada pelas críticas e pela crescente importância que principalmente o mercado europeu dava à preservação ambiental. Os próprios dados da empresa mostram a partir desse período quedas significativas de várias emissões.

Contudo, a produção de celulose é ainda extremamente poluidora. Além das emissões de produtos orgânicos, medidas pela Demanda Biológica por Oxigênio (DBO5) e Demanda Química de Oxigênio (DQO), e as emissões atmosféricas e sólidas, existe um problema ambiental na produção de celulose que sempre tem sido mais questionado pelo movimento ambientalista: o uso de cloro no processo de produção. É a partir deste uso que, no processo produtivo, surgem mais de 200 organoclorados como a dioxina, um dos compostos mais tóxicos no mundo (FOE, 1997).

O cloro é uma opção se uma empresa optar pela produção química de celulose, utilizando sulfato no processo (processo "Kraft"). O cloro no processo Kraft garante o branqueamento do produto para retirar 5 a 10% da lignina ainda presente após o processo de delignificação da celulose. Ele é mais utilizado mundialmente, porque garante uma alta produtividade, eficiência em uso de produtos químicos que podem ser recuperados, além da boa qualidade da celulose (CPRH, 1998). Ao mesmo tempo, o processo é o mais poluidor, comparado com outras alternativas. Vale lembrar que este tipo de fábrica já não é mais permitida em áreas densamente habitadas na Grã Bretanha, principalmente pela poluição atmosférica que causa (FOE, 1997).

O medo pela formação dos organoclorados no processo Kraft, utilizando o cloro elementar - processo standard STD -, levou ao desenvolvimento de duas tecnologias alternativas: uma primeira, sem uso de cloro elementar (ECF), diminuindo significativamente a formação de organoclorados, e uma segunda, que abandona de vez o uso do cloro (TCF), garantindo nenhuma formação de organoclorados. Ambas tecnologias significam alguma perda de produção, a TCF mais do que a ECF (FOE, 1997).

A celulose TCF é somente preferida no mercado europeu, principalmente na Alemanha e na Áustria, e produzida nos países nórdicos da Europa. A indústria

americana defende a celulose ECF, argumentando que o benefício ambiental adicional, comparada com a TCF, seria questionável, além do fato que a ECF é uma tecnologia mais barata. Organizações ambientalistas optam pelo princípio da precaução, defendendo a produção de celulose TCF, o investimento em tecnologias alternativas e o maior uso de papel reciclado. Até mesmo o Banco Mundial, em sua irresponsável política de incentivos à monocultura de árvores em larga escala, determina o seguinte cuidado em sua política para o setor de papel e celulose: "O uso de cloro elementar para branqueamento não é recomendado. Somente processos ECF são aceitáveis e, do ponto de vista ambiental, processos TCF têm preferência" (World Bank Group, 1998: p.396)

Na escolha da tecnologia para fábrica C, a Aracruz, ao optar pela celulose ECF, visa claramente seu lucro, abrindo mão de um maior investimento para redução dos impactos ambientais, aliás este princípio não tem sido uma preocupação da empresa. A lógica dela é garantir a venda do seu produto, atendendo e estimulando os mercados do seu interesse, pensando em cada cliente. Foi nesse sentido que ela começou a produzir a celulose TCF para o mercado alemão, porém abandonou a produção em 1999. Ao mesmo tempo, a Aracruz nunca abandonou o uso de cloro para outros clientes ambientalmente menos preocupados, utilizando até hoje o processo do tipo standard (STD), usado pela empresa desde 1978. Utilizando-se desse processo, a empresa produziu 284.700 mil toneladas de celulose em 2001, cerca de 22,3% de toda a produção anual (Aracruz Celulose, 2002c). A decisão pelo uso de cloro no processo de branqueamento não se configura como uma "deliberação" da empresa, segundo princípios e critérios de sua própria política ambiental. Antes disso, o problema do cloro se evidencia como uma simples estratégia de vendas da Aracruz, a depender do "gosto" do mercado.

Vale ressaltar que os impactos de produtos como dioxina e outros organoclorados, livremente formados durante os primeiros 15 anos de funcionamento do complexo industrial da Aracruz, afetam os seres vivos permanentemente, já que são produtos não-biodegradáveis, com características altamente cancerígenas. É inadmissível que, até hoje, a Aracruz, inclusive com a Fábrica C em funcionamento, continue a produzir para certos clientes a celulose utilizando o cloro elementar (STD) em quantidade ainda significativa.

Se, desde 1978 até os dias de hoje ainda não foi possível apresentar um quadro real dos impactos já causados pelo complexo industrial, é porque não existe e nunca existiu um monitoramento sistemático e independente por parte das autoridades estaduais das emissões da empresa, conforme existe na maioria dos países do Norte. Faltam recursos para pesquisas e diagnósticos independentes, seja do Estado, seja da Universidade, seja da sociedade civil. Enquanto isso, é a própria empresa que se "controla" e envia os dados para a Secretaria Estadual de Assuntos de Meio Ambiente (SEAMA). Ao mesmo tempo, não existem estudos sistemáticos

O mais chocante na questão do consumo de recursos hídricos pela empresa é o não pagamento pela água consumida diariamente, desde 1978

por parte das autoridades sobre os impactos das emissões da empresa sobre a população local, sobre a fauna e flora.

O consumo de água: insustentabilidade gratuita

O processo produtivo Kraft, utilizado pela Aracruz, necessita de muita água, comparado com outros processos de produção de celulose. O consumo diário das fábricas A e B alcança 154.000 metros cúbicos por dia. Com a Fábrica C, este consumo salta para 248.000 metros cúbico (CEPEMAR, 1999). Isto significa aproximadamente o mesmo consumo de uma cidade com 2,5 milhões de habitantes, considerando um consumo de em média 100 litros por pessoa por dia. Em vez de explicitar este dado, a empresa apresenta no seu relatório social e ambiental seu sucesso em ter diminuído o uso de água por cada tonelada de celulose produzida, procurando atrair a atenção pública para números menos comprometedores da empresa. Uma clara e inequívoca demonstração do "falso verde" que norteia o marketing da Aracruz.

O mais chocante na questão do consumo de recursos hídricos pela empresa é o não pagamento pela água consumida diariamente, desde 1978! Além disso, conforme o Presidente da Associação de Moradores da Barra do Riacho, Herval Nogueira Júnior, a empresa desviou três rios e construiu uma barragem para criar seu reservatório atual, uma lagoa artificial ao lado do complexo industrial (autos da CPI⁷ - Comissão Parlamentar de Inquérito - da Aracruz Celulose, 2002). Com a perspectiva da construção da Fábrica C, a Aracruz já previa em 1999 que a quantidade disponível não ia garantir o pleno funcionamento da nova unidade industrial.

Foi a partir daí que a empresa elaborou um plano para desviar água da bacia do Rio Doce através de um canal. Segundo o advogado ambientalista Sebastião Ribeiro Filho⁸, a iniciativa para a construção do canal, chamado "Caboclo Bernardo", foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Aracruz e constam várias irregularidades no processo de licenciamento (Ribeiro, 2001):

- Foi feita uma Declaração de Impacto Ambiental (DIA), enquanto para o desvio de recursos hídricos e/ou represamento de água, é preciso elaborar um EIA/RIMA, ou seja, um estudo profundo, ainda mais necessário por se tratar de transposição de bacias hidrográficas;

⁷A CPI foi instalada em março 2002 pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo para investigar possíveis irregularidades no licenciamento da Fábrica C da Aracruz Celulose. A CPI foi um instrumento de denúncia dos inúmeros impactos causados e irregularidades cometidas pela empresa Aracruz ao longo dos seus 35 anos de existência no Espírito Santo.

⁸Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB sob o número 4.060

- Os termos de referência da DIA e a própria DIA foram entregues no mesmo dia (27/04/1999) na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEAMA);

- A SEAMA solicitou um parecer externo sobre o projeto à Prefeitura de Aracruz, o solicitante do licenciamento, enquanto a própria SEAMA dispõe de um assessor jurídico;

- Neste parecer, o consultor da Prefeitura afirma que a utilização da água será para atender a Aracruz Celulose. Estranho então que é a Prefeitura, e não a própria Aracruz, quem solicita o licenciamento.

O advogado Ribeiro chega à conclusão que o projeto do canal, já executado pela Prefeitura de Aracruz, fere totalmente o princípio da legalidade. Vale lembrar que o acima citado Sr. Herval Nogueira Junior declarou, no dia 04 de junho de 2002 na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Aracruz Celulose, que soube somente através da imprensa que a Prefeitura queria com o canal beneficiar as comunidades do entorno, "enquanto a Aracruz (Celulose) declarava que não precisava de água, mas sentia um projeto interessantíssimo". Hoje, segundo Sr. Herval, a comunidade de Barra do Riacho enfrenta sérios problemas no seu abastecimento de água, tanto na quantidade bem como na qualidade, alegando inclusive que a pesca, a principal fonte de renda das pessoas, tem sido gravemente prejudicada, pelo represamento de água efetuado pela Aracruz (autos da CPI da Aracruz Celulose, 2002).

2.2 OS PLANTIOS - "UMA FLORESTA MORTA QUE MATA TUDO"

Chama a atenção que empresas como a Aracruz sempre definem os plantios de eucalipto como "florestas" e portanto, o próprio plantio do eucalipto é chamado de "reflorestamento". As empresas fazem isso de propósito porque a palavra "floresta" tem uma conotação positiva para as pessoas comuns, algo que é bom para ter e para promover, inclusive porque hoje existe tão pouca floresta... É assim que as empresas manipulam a opinião pública, querendo vender a idéia que plantar árvores é sempre uma atividade



Aplicação de agrotóxicos na plantação de Eucalipto

que traz resultados positivos, incondicionalmente.

Mas uma monocultura de eucalipto não é propriamente uma floresta, tal como conhecida no Espírito Santo através da Mata Atlântica, um ecossistema que contém mais de 240 espécies de árvores diferentes, além de oferecer múltiplos outros serviços para as populações que historicamente têm vivido da floresta como comunidades indígenas e comunidades afro-brasileiras, mas cuja floresta foi desmatada pela Aracruz Florestal⁹ nos anos 60 e 70 para dar lugar às plantações de eucalipto. Talvez uma liderança Tupinikim tenha dado a melhor definição de uma plantação de eucalipto: "uma floresta morta que mata tudo".

Uma conseqüência da associação publicitária de "florestas" com "plantações de árvores" é o debate sobre a contribuição positiva ou negativa da indústria de papel e celulose para o combate ao aquecimento global. De um lado, a Aracruz defende que o plantio de eucalipto "seqüestra" carbono, igual fazem as florestas, e que por isso sua expansão contribui para diminuir o aquecimento global. No entanto, um estudo do Instituto Internacional para Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED), concluiu que as atividades do setor de papel resultam num adicional líquido de 450 milhões de toneladas de CO₂, considerando as emissões do corte da madeira, da produção e transporte de papel e celulose, além da coleta e tratamento do lixo dos produtos de papel (IIED, 1996).

Os plantios efetuados dentro do projeto atual de expansão da Aracruz geraram impactos ambientais diretos a nível local/regional. No município de Vila Valério, uma região predominada pela agricultura familiar, representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) alegam que a empresa já plantou cerca de 1.500 hectares. Os agricultores listam os seguintes problemas ambientais¹⁰:

- Destocagem da terra, o que significa que toda a vegetação existente é retirada, além de benfeitorias, como casas. A empresa somente admite a monocultura de eucalipto, uma paisagem uniforme.

- Aplicação de herbicidas como forma de preparar a terra para que o eucalipto, plantado em seguida, não tenha nenhuma planta concorrente. Antes da aplicação do herbicida, proibem os moradores locais de chegar perto da área. O MPA denunciou às autoridades competentes, através de um documento datado de 20 de fevereiro de 2003, a contaminação dos mananciais nas regiões de plantio do

⁹Aracruz Florestal era o nome da empresa antes da constituição da Aracruz Celulose em 1972.

¹⁰ Estas informações foram colhidas entre membros da coordenação estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA - no ano de 2002.

eucalipto pela aplicação conjunta de uma mistura de herbicidas: roundup (glyphosate), tordon (picloran) e 2,4 D, além de um produto chamado de 'amarelão', provavelmente um fungicida. Nos plantios aplica-se também formicida (mirex-S). Denunciam a morte em abril de 2002 de um trabalhador, Aurino dos Santos Filho, aos 34 anos, que morreu no campo enquanto estava aplicando agrotóxicos. A partir da denúncia do MPA, o Ministério Público Federal no Espírito Santo abriu um inquérito para apurar o uso abusivo de agrotóxicos pela Aracruz Celulose (Séculodiário, jornal na internet, 2003).

- As terras compradas são as melhores terras do município porque são planas e férteis. São terras não indicadas para o plantio de eucalipto, ao contrário, deveriam ser destinadas para o plantio de alimentos, para garantir a segurança alimentar num país onde milhões de habitantes não têm o que comer e no qual o Governo Federal lançou como projeto prioritário o Programa Fome Zero.

- O MPA, organizado na região através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de São Gabriel da Palha e Vila Valério, contou a experiência de um produtor que viu sua produção orgânica ameaçada pela compra de terras vizinhas pela empresa Aracruz. Nesse sentido, a Aracruz vem na contramão da história porque os pequenos produtores da região querem cada vez mais seguir os princípios da agro-ecologia, não admitindo mais a monocultura e a aplicação em larga escala de agrotóxicos. O MPA defende um novo modelo de agricultura, diversificada, baseada na agro-ecologia, na geração de emprego e renda para as famílias rurais.

No programa Fomento Florestal II (veja tópico 3.3), a própria empresa tem fornecido agrotóxicos para os produtores rurais, juntamente com as mudas, estimulando assim a prática de uso desse tipo de produto entre os agricultores.

2.3 O PROCESSO DE LICENCIAMENTO DA FÁBRICA C

A omissão do Estado

Um ponto fundamental no processo de licenciamento ambiental é a apreciação do EIA/RIMA por parte da população diretamente atingida pelo empreendimento, de maneira que possa influenciar no processo de licenciamento, participando decisivamente na construção de condicionantes sociais e econômicos que eliminem, ou ao menos minimizem, os previsíveis impactos do empreendimento em avaliação. Essa participação popular talvez tenha sido a maior conquista desse novo instrumento da legislação ambiental brasileira. Vejamos como nossa participação ficou restrita no caso no projeto da fábrica C da Aracruz e como o Estado do Espírito Santo, responsável pelo processo de licenciamento através da SEAMA, foi negligente em todo o processo, passando ao largo dos evidentes impactos diretamente relacionados à terceira fábrica e aos novos plantios.

A limitação da participação popular no processo de licenciamento

Segundo o próprio EIA/RIMA da fábrica C, a delimitação das "áreas de influência" de um determinado empreendimento é um dos requisitos legais para a avaliação de impactos ambientais (Resolução CONAMA 01/86). Logo em seguida, sem nenhuma justificativa razoável, os autores do EIA/RIMA - a empresa CEPEMAR (que possui histórico parecido com os das grandes empresas celulósicas brasileiras)- limitam a área de influência e a abrangência do estudo, olhando somente para as ações e emissões do empreendimento industrial (a Fábrica C), "considerando que o empreendimento em proposição não acarretará qualquer acréscimo de floresta de eucalipto da ARACRUZ CELULOSE no estado do Espírito Santo..."(CEPEMAR, 1999: p. 63).

Uma consequência direta desta constatação para o processo de licenciamento foi a organização de somente uma única audiência pública para avaliar os resultados do EIA/RIMA, no município de Aracruz, no dia 14 de fevereiro de 2000. Durante esta audiência, questionamentos sobre um maior debate, sobretudo pela expectativa de que a Aracruz Celulose ampliasse seus plantios no Espírito Santo, foram rebatidos pelos responsáveis da empresa, da SEAMA e da CEPEMAR. Todos estes órgãos alegaram, conforme o próprio EIA/RIMA, que não iria haver nenhum acréscimo das plantações no Espírito Santo.

Os autores do presente estudo participaram desta audiência pública e constataram que o plenário estava lotado com trabalhadores uniformizados, claramente ali conduzidos sob direção da própria empresa. Formavam uma "claque", pronta para aplaudir qualquer discurso da empresa ou do Estado, argumentando, em coro uníssono, a "sustentabilidade" do novo empreendimento. Ao mesmo tempo, as comunidades indígenas, pescadores e vizinhos mais próximos do complexo industrial, nem foram convidados para esta única oportunidade de opinar sobre mais uma fábrica de celulose, localizada no seu "quintal". E mais, não estava em debate um empreendimento pequeno, mas o maior complexo do setor a nível mundial.

Um licenciamento rápido e com condicionantes surpreendentes

Num prazo recorde, de apenas 30 dias depois da única audiência pública, a SEAMA concedeu no dia 16 de março de 2000, a licença de Instalação para a Fábrica C, surpreendendo a todos na formulação de alguns dos condicionantes da licença. Citamos o condicionante 10:

"Implantar em 07 anos, a partir de 2001, programa em parceria com produtores rurais, para produção de madeira de eucalipto, com área de pelo menos 30.000 hectares, dando aos produtores opção contratual para exploração visando

além da celulose a produção de sólidos de madeira, propiciando dessa forma condição básica para implantação no Estado de pelo menos uma Unidade de Sólidos de Madeira (serraria) de grande porte. Prazo: 90 dias para junto a SEAMA e SEAG (Secretaria Estadual de Agricultura) estabelecer as bases do referido programa." (SEAMA, 2000)

Este condicionante desmente as afirmações das autoridades responsáveis de que o projeto de ampliação da capacidade produtiva da empresa não resultaria em uma ampliação das plantações de eucalipto. Além do mais, este condicionante é um completo contra-senso, pois obriga a Aracruz a fazer algo que ela sempre tem feito - plantar eucalipto -, enquanto condicionantes deveriam ser primeiramente medidas para minimizar os impactos negativos de um certo empreendimento. Neste caso, o condicionante em si é uma estratégia empresarial, quer dizer, um novo causador de impactos.

É nesse sentido que este condicionante vem sendo questionado na Justiça do Espírito Santo pelo advogado ambientalista Sebastião Ribeiro, através de uma Ação Popular contra Aracruz Celulose e o Instituto de Defesa Agrária e Florestal (IDAF), o órgão que concedeu licença para a empresa implementar o programa de plantio de eucalipto em 30 mil hectares, chamado Fomento Florestal II, como continuação do Fomento Florestal I. No dia 09 de agosto de 2002, o Juiz Alaimar Ribeiro de Souza Fiuza, da Vara do Registro Público, deu liminar favorável aos que assinaram essa Ação Popular, alegando que o Fomento Florestal II é um programa ilegal, já que o IDAF não exigiu a elaboração de EIA/RIMA, obrigatório para qualquer plantio de silvicultura acima de 100 hectares. Neste caso trata-se de 30.000 hectares! Ao mesmo tempo, o Juiz decidiu pela imediata suspensão do Programa Fomento Florestal II. Mais a frente, a Aracruz conseguiu derrubar esta liminar temporariamente.

Por último, até hoje não existe nenhuma notícia sobre a implantação no Estado de uma Unidade de Sólidos de Madeira de grande porte. Ao contrário, somente constatamos que os plantios realizados no Fomento Florestal II pretendem unicamente aumentar a matéria-prima do complexo industrial da Aracruz Celulose.

Um outro condicionante (24) chama a atenção também, pois, ao invés de "condicionar", retira a única regulação que até então existia, no que tange à nova estratégia de concentração fundiária da empresa:

"Para fins de esclarecimentos, fica deliberado que não existe qualquer tipo de proibição no Estado do Espírito Santo para o plantio de eucalipto e compra de terras pela Aracruz Celulose S/A, dirimindo assim quaisquer dúvidas decorrentes da interpretação da condicionante 15, imposta pela Licença Ambiental da Fábrica B em 1988, desde que, seguindo os critérios ambientais." (SEAMA, 2000)

Primeiramente, lembramos que com este condicionante, a SEAMA deu

liberdade para a Aracruz ampliar suas terras no Estado, enquanto que na data da autorização dessa licença, a empresa já era a maior concentradora de terras no Estado com 122.433 hectares (Jornal A Gazeta, 2001), lembrando que a maioria dos chamados pequenos produtores do Espírito Santo têm propriedades com menos de 10 hectares. Foi exatamente esta concentração de terras que levou o governo estadual, já em 1988, a proibir a compra de mais terras pela empresa.

Em segundo lugar, quanto à obrigação da SEAMA, colocada nesse condicionante, de que a Aracruz tem que seguir os critérios ambientais, vale lembrar o depoimento do Procurador do IDAF, Sérgio Moraes Neto, durante a CPI da Aracruz Celulose, no dia 18 de junho de 2002. Ele afirmou que nenhum processo relativo à licença florestal passa pelo Departamento Jurídico do Órgão e que durante toda a sua carreira na instituição (18 anos!) somente uma vez foi solicitado a analisar um processo da Aracruz, constatando que a mesma estava com irregularidades. Diante da interrogação dos parlamentares, o procurador do IDAF concluiu, por não ter dado nenhum parecer jurídico aos demais processos da Aracruz, que todas as licenças concedidas para a empresa devem ser consideradas ilegais e portanto, sujeitos à anulação (Autos da CPI da Aracruz Celulose, 2002).

3. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Conforme disse o Presidente da Aracruz Celulose, durante a inauguração da terceira fábrica, "o desenvolvimento propiciado por empresas como a Aracruz se faz no interior, com grandes benefícios ambientais e sociais". Analisando mais de perto a situação no campo capixaba pode-se constatar exatamente o contrário.

3.1 A EXPULSÃO DAS FAMÍLIAS DO CAMPO

Com a compra de cerca de 5000 hectares no município de Vila Valério, desde o ano passado, conforme as informações do MPA, mais de 100 famílias foram expulsas e muitas outras perderam trabalhos temporários. O grande número de famílias expulsas deve-se ao fato que estas não eram donas da terra. Em vez disso eram os chamados 'meeiros': produtores que vivem na terra e que passam uma parte definida da colheita e/ou renda para o proprietário da



A chegada da Aracruz Celulose ao campo

terra como se fosse o "aluguel" do terreno. No caso de Vila Valério, os meeiros vivem sobretudo do plantio de café.

Aqueles proprietários, que tinham meeiros em suas terras e que optaram por vender seus terrenos para Aracruz, "condenaram" ao mesmo tempo esses meeiros para sair. Foi nesse momento que começou o drama destas famílias que foram forçadas para sair de suas casas e terras. O MPA citou casos de produtores que sequer tiveram o direito de colher o café do ano. Os tratores da empresa, além de derrubarem as casas dessas famílias, também derrubaram os milhares de pés de café que formavam o sustento das mesmas e de outros trabalhadores temporários que sobrevivem do trabalho assalariado durante a colheita de café. Os meeiros tiveram que deixar tudo para trás e hoje vivem com suas famílias nas periferias das grandes cidades do Espírito Santo, em busca de emprego que pouquíssimos conseguem e expostas aos problemas de violência desses centros urbanos.

Em Jaguaré, também no norte do Espírito Santo, 14 famílias de meeiros foram expulsas da Fazenda Barba Negra, onde viviam do plantio de café. Segundo o vice-prefeito de Sooretama (Clarindo Manthaya), durante uma audiência pública do Zoneamento Agro-ecológico em São Mateus, no dia 05 de março de 2002, cinco dessas famílias foram para Sooretama e bateram na porta da prefeitura em busca de cesta básica para sobreviver. Na mesma audiência, o vice-prefeito afirmou também que numa propriedade de plantio de mamão, no município vizinho de Linhares, cerca de 700 trabalhadores perderam seu emprego, já que a área foi comprada pela Aracruz. Falta ainda um número exato da quantidade de pessoas que foram expulsas e trabalhadores temporários que perderam seus empregos em função da compra de terras pela Aracruz. Não há informação estatal ou da Aracruz, sobre o assunto.

3.2 A REFORMA AGRÁRIA PARALISADA

A preferência da Aracruz em estar comprando terras planas, férteis e acima de 100 hectares faz com que ela esteja competindo por terras que poderiam ser desapropriadas para fins de reforma agrária. A situação fica mais grave pelos preços que a empresa paga pelas



Ocupação do MST da Fazenda Barba Negra

terras: duas a três vezes acima do preço de mercado. Enquanto a Aracruz não tem problemas para pagar pelas terras compradas, o Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão federal responsável para fazer reforma agrária, tem um orçamento muito inferior para desapropriar terras; aliás, não desapropriou nenhuma propriedade no Espírito Santo durante os últimos anos. Possíveis vendedores preferiram obviamente vender suas terras para Aracruz. Segundo dados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cerca de 65 mil famílias no Espírito Santo estão esperando por um pedaço de terra e a Aracruz Celulose é hoje, com sua ampliação, o maior obstáculo para a Reforma Agrária no Espírito Santo. Técnicos do próprio INCRA confirmam tal preocupação do MST. No Estado do Rio de Janeiro, quando a Aracruz tentava adquirir terras para seus novos plantios, técnicos do INCRA reagiram contra os plantios, devido ao número de famílias esperando serem assentadas.

Revoltado, o MST do Espírito Santo ocupou em setembro de 2001 a já citada Fazenda Barba Negra, em Jaguaré, protestando contra a compra de terras produtivas pela Aracruz e contra o impacto negativo disso para a reforma agrária. A sociedade civil organizada do município, representada por escolas-família rurais, associação de pequenos agricultores, agricultores orgânicos e igreja católica, organizou encontros e seminários, pressionando o poder público local, pois cobravam políticas voltadas para as famílias expulsas. As mesmas entidades preferiam a vizinhança de um assentamento do MST à monocultura mecanizada e intoxicada do eucalipto. Contudo, interpretando apenas a formalidade vazia da lei, já que a Aracruz tinha comprado a propriedade de forma legal, as famílias foram expulsas após algumas semanas, por força de uma liminar de reintegração de posse, concedida à empresa pela Justiça do Estado.

3.3 RESISTÊNCIA CRESCENTE: PLANTIO DE EUCALIPTO PROIBIDO POR LEI

Juntamente com mais de 80 outras entidades articuladas dentro da Rede Alerta contra o Deserto Verde, o MST apoiou, no ano de 2001, uma proposta de Lei do deputado Nasser Youssef, que previa a proibição de novos plantios de eucalipto para fins de celulose no Espírito Santo, até que se realizasse um mapeamento ou zoneamento agro-ecológico do Estado, para indicar onde poderia e onde não poderia ser plantado eucalipto. A proposta de Lei foi aprovada pela Assembléia Legislativa em maio de 2001, porém posteriormente a Lei foi vetada pelo Governador, pressionado pelo lobby da Aracruz Celulose. Em seguida, a Rede Alerta contra o Deserto Verde pressionou fortemente a Assembléia Legislativa e fez campanhas junto à opinião pública. No dia 06 de outubro de 2001 foi aprovada a lei (Lei 6.780/01), derrubando o veto do governador.

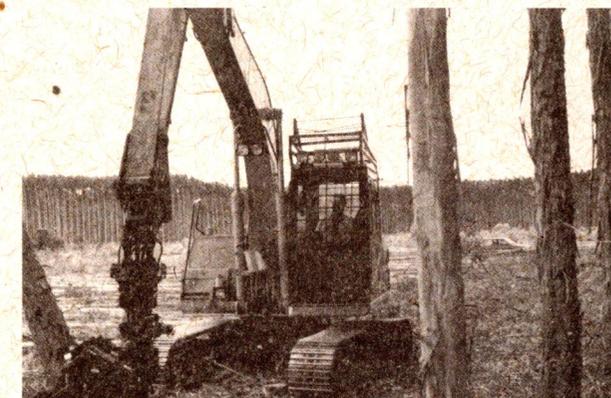
Através de cinco de suas entidades - FASE, Associação de Geógrafos do Brasil (AGB), MPA, MST e Federação de Trabalhadores na Agricultura no Espírito

Santo (FETAES) - a Rede Deserto Verde participou ativamente da elaboração do zoneamento agro-ecológico. Foram organizadas 10 audiências públicas regionais em todo o Estado com uma participação em média de 100 representantes das comunidades locais. A grande maioria desses representantes deixou muito claro: 1) que são contra a compra de mais terras pela Aracruz, 2) que defendem um programa de "fomento florestal", não para celulose, mas voltado para as demandas do agricultor, para o reflorestamento com espécies nativas e para a proteção dos recursos hídricos; 3) Que falta uma política agrícola séria do governo. Denunciaram, em contrapartida, o total apoio que as propostas da Aracruz recebem por parte do Estado.

O trabalho do zoneamento agro-ecológico ficou paralisado em junho de 2002 por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou a Lei 6.780/01 inconstitucional. Vale a pena esclarecer que certamente o STF considerou os argumentos legais da Aracruz Celulose mais importantes do que os impactos ambientais, sociais e econômicos que o plantio indiscriminado do eucalipto vem causando ao Estado nos últimos 30 anos.

Ao mesmo tempo, no extremo sul do Estado da Bahia, o plantio de eucalipto continua, enquanto a região necessita urgentemente de um zoneamento agro-ecológico. Já são cerca de 300.000 hectares de eucalipto numa região relativamente pequena, ameaçando a segurança alimentar, provocando o êxodo rural, gerando desemprego e muitos outros impactos¹¹.

No Rio de Janeiro, a Aracruz assinou um protocolo de intenções em outubro de 2001 com o governo estadual. No entanto, o novo executivo estadual, da governadora Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), decidiu em junho de 2002 pelo cancelamento deste protocolo, garantindo que a empresa não podia iniciar plantios até o início de 2003, quando assumiu outra vez um novo governo. No Rio de Janeiro, a Aracruz pretende se instalar em uma das poucas regiões indicadas para a reforma agrária num dos menores estados do



Máquina de corte da Aracruz Celulose

¹¹ Informações da ONG CEPEDES

país. Em dezembro de 2002 foi aprovada na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro uma lei de "Zoneamento Econômico-Ecológico", sancionada pelo executivo estadual em janeiro de 2003. Com isso se criou um grande obstáculo à implantação dos novos plantios homogêneos da Aracruz, previstos para o norte do Rio de Janeiro, nas regiões de Campos e Macaé.

3.4 MAIS EUCALIPTO SIGNIFICA MENOS EMPREGO E MENOS RENDA

Segundo dados do IDAF, a empresa, apesar da proibição temporária do plantio de eucalipto, já conseguiu ampliar suas terras em 20.361,43 hectares (até outubro/2001) e fechar 312 contratos de fomento florestal (até outubro/2001) com produtores rurais, dos quais o tamanho das propriedades varia entre 2 e 100 hectares (IDAF, 2001).

O plantio de eucalipto não se compara com outras alternativas agrícolas. Conforme um estudo de 2002 do chefe do escritório do INCAPER em Santa Maria de Jetibá, Edegar Antônio Formentini, um hectare empregado para produção de hortifrutigranjeiros rende R\$ 12.000,00 por ano. Já um hectare plantado com eucalipto rende R\$ 395,00 anualmente. A pesquisa estudou custos e preços de 24 produtos agrícolas, comparados com eucalipto. A pesquisa prova que o plantio de eucalipto dá prejuízo ao pequeno produtor rural (INCAPER, 2002).

Num outro levantamento de 1999, realizado pela Fundação Luterana Sementes, o plantio de eucalipto dá uma renda anual para o produtor de R\$ 700,00 por hectare, enquanto um plantio de goiaba, por exemplo, pode render R\$ 30.000,00 por hectare. Conforme esta pesquisa, também plantios de café, coco, banana, limão e manga rendem 9 a 20 vezes a mais ao produtor rural (O Semeador, 1999). Além do mais, na fruticultura gera-se 10 empregos diretos por hectare, enquanto o modelo da Aracruz Celulose, considerando sua área e o número de empregos diretos e indiretos, gera 1 emprego por cada 44 hectares. Isto sem contar todas as centenas de famílias que foram expulsas das suas terras porque essas foram compradas pela empresa (Seminário, 2000).

Se o plantio de eucalipto não é uma opção economicamente interessante, porque 312 produtores no Programa Fomento Florestal II (IDAF, 2001) optaram por esta possibilidade?

Primeiramente porque nos últimos anos, a maior parte dos pequenos agricultores está passando por enormes dificuldades, em função da "crise do café", quer dizer, da queda do preço internacional deste produto voltado para exportação. A opção pelo fomento é, em muitos casos, uma opção de quem não tem outra alternativa econômica em seu campo de visão. Diante de políticas públicas inadequadas e insuficientes que sustentem esse vasto setor da sociedade capixaba,

cerca de 70 mil famílias, alguns pequenos produtores, na ânsia de uma alternativa para seu contínuo empobrecimento, acabam por serem atraídos para o fomento. Seus filhos mais jovens, cada vez mais, só encontram alternativas de estudo, emprego e renda nas cidades. Muitos de seus vizinhos já venderam ou alugaram suas terras. Se beneficiando da "crise", a monocultura da Aracruz cresce nas lacunas e ausências do Estado.

Hoje o Estado do Espírito Santo já deve mais de R\$ 100 milhões para Aracruz, sem nenhuma condição para quitar essa "dívida"

Além do mais, o plantio de eucalipto parece atrativo para o produtor rural porque, em princípio, não custa nada, já que a Aracruz fornece as mudas e os insumos para os plantios incluindo agrotóxicos que são muito caros. O produtor só entra com sua mão-de-obra. Mas vale ressaltar que, na hora do corte e da entrega da madeira no pátio do complexo industrial da Aracruz após 6 ou 7 anos, o produtor precisa pagar o corte, a extração, o baldeio e o transporte e ainda serão descontados pela Aracruz os custos das mudas e insumos que a empresa forneceu para fomentar o plantio.

3.5 PLANTIO DE EUCALIPTO NÃO GERA IMPOSTO

O aumento do plantio de eucalipto tem, indiretamente, um custo para toda a população do Estado do Espírito Santo, já que a Aracruz Celulose é uma empresa exportadora e por isso se beneficia da Lei Kandir. Esta lei federal determina que sobre o produto exportado não incide ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias), ou seja, não é cobrado imposto sobre a celulose produzida. Além do mais, a empresa ainda tem o direito de se "creditar" dos impostos já pagos por ela sobre os insumos e a matéria prima do processo produtivo. Estas regras levaram a Aracruz a acumular, no final do ano 2000, um valor de R\$ 79,4 milhões de reais em créditos (Aracruz Celulose, 2002b). Hoje o Estado do Espírito Santo já deve mais de R\$ 100 milhões para Aracruz, sem nenhuma condição para quitar esta "dívida".

Quando a Aracruz compra uma área plantada com café e substitui este plantio por eucalipto, o Estado do Espírito Santo e em especial os municípios onde ocorrem os plantios, terão menos recursos para investir em saúde, educação e outros serviços básicos para a população, já que a agricultura e a agricultura familiar, em especial, geram muito mais impostos. Numa audiência pública em função do zoneamento agro-ecológico em São Mateus, no dia 05 de março de 2002, o Secretário de Agricultura do município (Wellington Secundino) declarou que aquela região, uma das mais atingidas pelo plantio de eucalipto no Estado, os 25.000 hectares de agricultura familiar rendem anualmente R\$ 100 milhões e empregam entre 15.000 e 20.000 pessoas. No entanto, a área de 50.000

Hectares de eucalipto existentes no município rende anualmente R\$ 20 milhões somente, empregando direta e indiretamente 3.000 pessoas (Ata da audiência pública sobre o zoneamento agro-ecológico, 2002). Esta renda da agricultura familiar, quase 11 vezes maior do que a renda obtida com o plantio de eucalipto, significa um retorno em impostos bem menor.

Por fim, vale lembrar que sobre a importação das máquinas da Fábrica C, quase todas vindas da Europa, também não incidiram impostos. Se considerarmos um valor médio de imposto sobre importação de 12,3%, utilizando como referência outros produtos importados, pode-se imaginar o valor que o Estado do Espírito Santo perde quando importa máquinas para produzir celulose que somam valores de centenas de milhões de dólares!

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Considerando que o objetivo mais geral do presente relatório é possibilitar uma primeira avaliação de impactos sociais, econômicos e ambientais relacionados à terceira fábrica de celulose da Aracruz Celulose S/A, no Espírito Santo, Brasil, cabem algumas recomendações.

Partindo das experiências, informações e fatos relatados neste estudo, as **Agências de Crédito de Exportação ou Bancos de Investimentos do Norte**, ao fornecerem créditos ou seguros às empresas fornecedoras de maquinário e/ou tecnologia para fábricas de papel e celulose e plantios industriais no sul, devem se precaver com os seguintes cuidados, para que não contribuam com a devastação sócio-ambiental no sul:

1) Solicitar o Estudo e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) do projeto (agro)industrial a ser apoiado.

2) Analisar o EIA/RIMA, juntamente com outras informações sobre a situação ambiental, cultural, econômico e social e dos direitos humanos na região do projeto.

3) Aplicar critérios ambientais e sociais rígidos para a tomada de decisão; recomendamos os seguintes critérios:

- A existência de um zoneamento agro-ecológico do território, elaborado de forma participativa, que indique áreas a serem destinadas para plantações florestais, de modo a evitar a competição entre elas e outros destinos como reforma agrária, produção de alimentos e reflorestamento com mata nativa;

- Os plantios não podem estar concentrados em áreas contíguas de milhares de hectares; devem ser internamente diversos, não apenas com idades e

Ciclos, mas incluir também espécies e sub-espécies distintas, nativas e exóticas, desuniformizando a paisagem. O desenho dos plantios deve levar em consideração não apenas aspectos físicos do território, como também aspectos sociais, econômicos e culturais, de forma a não permitir o isolamento de famílias e comunidades em meio à monocultura, respeitando seus territórios sagrados e suas tradições específicas. Parte da madeira extraída dos plantios deve ser voltada para o múltiplo uso das comunidades locais que ali habitam;

- Transparência quanto ao uso e aplicação de agrotóxicos. Quanto, onde, o que, por que e como usa este tipo de produto. A empresa deve estar cumprindo um planejamento estratégico de diminuição progressiva do uso de agrotóxicos em suas áreas próprias, mas também nas plantações de terceiros (fomento florestal);

- A empresa não pode usar cloro elementar, o processo Standard (STD), em qualquer uma de suas fábricas de celulose. Os critérios para as tecnologias devem ser iguais para o país do Norte que concede créditos, e o do Sul que recebe o empreendimento. Deve também estar cumprindo um planejamento estratégico para substituição do processo ECF pelo TCF;

- Nenhum dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das populações tradicionais que habitam ou habitavam o território do empreendimento pode ser ou ter sido violado, sem a devida reparação. O direito dessas populações à terra, e à água devem ser garantidos.

- O uso de H₂O, como insumo básico na produção de celulose e desvio de rios e represas para abastecimento da indústria, não podem prejudicar a atividade pesqueira e o uso da água pela sociedade civil vizinha. Também nos plantios, não pode haver rios ou córregos contaminados por agrotóxicos da empresa. Deve-se apoiar ciclos mais longos entre o plantio e a extração, de forma a permitir uma melhor equação hídrica entre a árvore e o meio;

- O sistema de terceirização e sub-contratação de mão de obra, seja nos plantios, seja na indústria, não pode significar degradação salarial, nem das condições de trabalho, nem dos vínculos empregatícios. A empresa deve estar cumprindo um plano estratégico que diminua a diferença, até eliminar a dualização da categoria, entre incluídos e excluídos;

- O desemprego direto e indiretamente provocado pelo maquinário ou tecnologia, importada pelas empresas, exige um plano específico, dialogado com a sociedade, que assegure o direito dos trabalhadores desempregados e de suas famílias, até que consigam um novo posto de trabalho, de renda equivalente, que não implique em deterioração da qualidade de vida;

- A empresa deve estar cumprindo um plano estratégico para os resíduos

de madeira no campo, pós-corte, de forma a permitir o monitoramento da extração de lenha para a produção de carvão ou para outros usos, impedindo a ação de agenciadores de trabalho infantil e sub-humano nas atividades de produção de carvão;

- Empresas não podem estar sob investigação parlamentar, sob ações civis públicas ou sob processos judiciais significativos, nem ter um vasto passivo trabalhista e ambiental.

4) Monitorar os impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais do projeto apoiado.

Recomendamos que os **Estudos de Impactos Ambientais (EIAs)** sejam:

1) Independentes;

2) Abrangentes e cuidadosamente elaborados;

3) Capazes de comparar e analisar possíveis alternativas de tecnologias para o projeto em questão, incluindo a opção de não ter o projeto implementado;

4) Capazes de mapear os diversos discursos locais, referentes aos diferentes grupos sociais direta e indiretamente implicados no raio de abrangência do projeto indústria-plantio. Atenção especial deve ser dada aos discursos críticos, principalmente aos casos de conflito.

E por último, as **autoridades brasileiras** devem:

1) Elaborar um zoneamento agro-ecológico do território, com ampla participação da sociedade civil regional, como condição prévia para regular qualquer plantio em larga escala, que implique monocultura e concentração fundiária. O zoneamento do território deve priorizar a segurança alimentar, a reforma agrária e a floresta propriamente dita, antes de qualquer definição quanto ao território destinado aos plantios industriais;

2) Realizar um monitoramento ambiental, econômico, social e cultural sistemático do projeto ou empreendimento;

3) Garantir que o licenciamento ambiental estatal tenha por fundamento um EIA/RIMA e outros estudos independentes, permitindo também a ampla e informada participação da sociedade na discussão e na construção de condicionantes ao empreendimento;

4) Divulgar ao público os valores investidos pelas empresas em propaganda nos diferentes meios de comunicação.

Certamente, essas são apenas algumas contribuições introdutórias que podem se somar a um conjunto de outras experiências voltadas para a construção democrática de princípios e critérios mais adequados para regular e garantir investimentos seguros diante de seus impactos na sociedade e no meio ambiente. Mais que produzir critérios e princípios, devemos gerar processos que os produzam, a partir do envolvimento direto dos atores mais atingidos: as comunidades e populações locais que efetivamente vivem nos lugares onde se pretende aplicar esses investimentos.

Lista de Abreviações

AGB - Associação dos Geógrafos do Brasil
 BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 CENIBRA - Celulose Nipo Brasileiro
 CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
 CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
 CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
 DIA - Declaração de Impacto Ambiental
 ECA - Export Credit Agency - Agência de Exportação de Crédito
 ECF - Elementar Chlorine Free
 EIA/RIMA - Estudo e Relatório de Impactos Ambientais
 FASE - Federação de Órgãos em Assistência Social e Educacional
 FETAES - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo
 IDAF - Instituto de Defesa Agrária e Florestal
 INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
 MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
 MST - Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra
 SEAMA - Secretaria Estadual de Assuntos de Meio Ambiente
 STF - Supremo Tribunal Federal
 TCF - Total Chlorine Free

Literatura Consultada

Aracruz Celulose S.A. Notícias: SPE de Aracruz e VCP vence leilão de Cenibra. Home page; _ HYPERLINK <http://www.aracruz.com.br> _www.aracruz.com.br_, 05/jun./2000
 Aracruz Celulose S.A. Home page: _ HYPERLINK <http://www.aracruz.com.br> _www.aracruz.com.br_. 2002a
 Aracruz Celulose S.A. Resultado Consolidado de 2001. In: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 15/jan./2002b. p. 35.
 Aracruz Celulose S.A. Relatório Anual 2001. Aracruz, 2002c
 Ata da Audiência Pública sobre o Zoneamento Agro-ecológico. São Mateus, 05/03/2002.
 Autos da CPI da Aracruz Celulose. Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Vitória, 2002.
 BNDES. BNDES apóia expansão de Aracruz com R\$ 666 milhões. _ HYPERLINK

<http://www.bndes.gov.br> __ www.bndes.gov.br 2002.
CEPEMAR. Relatório de Impacto Ambiental - RIMA Fiberrline "C". Relatório Técnico CPM RT 079/99. Dezembro 1999.
Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH).
Roteiro complementar de licenciamento e fiscalização: Indústria de papel e celulose. Recife, 1998, 95 p. <http://www.cprh.pe.gov.br/sec-acprh/download/celulose.pdf>
Friends of the Earth (FOE). The environmental consequences of pulp and paper Manufacture. Briefing sheet:
<http://www.foe.co.uk/pubsinfo/briefings/html/19971215150024.html>
Furtado, M. Fibra curta em alta faz setor desengavetar grandes projetos. In: Revista Química e Derivados, n. 386, set/2000
Gazeta On Line. Aracruz vai construir outra fábrica na Bahia. Vitória, 09/05/2003
Gomes, Helder. Relatório sobre Aracruz em função da CPI da Aracruz Celulose na Assembléia Legislativa. Vitória, 2002.
IDAF. Dados sobre os programas de Fomento Florestal I e II. Vitória, 2001.
IIED. Towards A Sustainable Paper Cycle, Final Report. IIED e WBCSD, 1996.
INCAPER. Resultado comparativo de rentabilidade das atividades agrícolas. Santa Maria de Jetibá, 31/01/2002.
Jornal A Gazeta. Relatório de Auditoria. Informe Publicitário. Aracruz Celulose. Vitória, 17/01/2001.
Jornal do Brasil. Jornal on line. Polêmica do eucalipto rumo ao Rio. 06/01/2002
Leonia Bank (Nordea Bank). _ HYPERLINK <http://www.leonia.com> _ www.leonia.com . 13/03/2000
Lohmann, Larry. Informações sobre fornecedores da Fábrica C da Aracruz Celulose. Email, Inglaterra, 2002b
O Semeador. Eucalipto X atividade agrícola. Vitória, dezembro 1999.
Resolução CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente - 01/86. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 1986.
Ribeiro, Sebastião. Ação Popular que questiona a legalidade da licença para a implementação do Fomento Florestal II da Aracruz Celulose. Vitória, 2001.
SEAMA. Licença de instalação No. 009/2000. Processo No. 966/99. Empresa Aracruz Celulose. 16/03/2000.
Século diário. Jornal diário on-line. 11-03-2003.
Seminário "Os danos sócio-ambientais da monocultura do eucalipto no Espírito Santo e na Bahia. Vitória, 19/06/2000.
World Bank Group. Pulp and Paper Mills: Pollution prevention and abatement handbook. Washington, julho 1998 pp. 395-400.

Anexo 1

SOBRE A CAMPANHA FINLANDESA DE REFORMA DAS ECAs

Campanha Finlandesa e Nórdica de ONGs para reformar as agências de crédito à exportação

Objetivos da Campanha

A Campanha Finlandesa e Nórdica de Reforma das ECAs tem como objetivo promover exportações que sejam ecologicamente e socialmente responsáveis. Os créditos e as garantias não devem contribuir para corrupção e endividamento crescente dos países em desenvolvimento, nem para destruição ou diminuição de possibilidades futuras para o desenvolvimento sustentável.

ECAs Nórdicas deveriam incluir critérios e padrões ambientais e sociais transparentes na tomada de decisões. Indústrias como o comércio de armas e geração de energia nuclear ou de combustíveis fósseis deveriam ser excluídas de receber financiamento público. A reforma das ECAs Finlandesas e Nórdicas tem como foco todos os "stakeholders" (ECAs e outras instituições relacionadas, ONGs e órgãos que tomam decisões a respeito) e a mídia.

A Campanha

O objetivo principal é envolver mais ONGs nesta questão, informando-as com novos materiais, discussões e informação. Será dada continuidade ao diálogo intensivo com as ECAs Finlandesas e Nórdicas, bem como com os ministérios e políticos relevantes. A rede Nórdica na Campanha de ONGs será aprofundada. Estão sendo elaborados estudos sobre alguns casos emergentes, junto com outras Campanhas Nórdicas. Eventos afins, como seminários conjuntos, são organizados em conjunto com a rede Nórdica.

A coordenação da Campanha é feita por Tove Selin e por um comitê da Finlândia que reúne representantes da Associação Finlandesa para Conservação de Natureza, a Plataforma Finlandesa para Direitos Humanos, Amigos da Terra Finlândia e a Coalização para Meio Ambiente e Desenvolvimento, junto com os parceiros Nórdicos. A Campanha faz parte da Campanha Internacional de Reforma de ECAs (www.eca-watch.org).

O escritório da Campanha é localizado em:

CAMPANHA FINLANDESA DE REFORMA DAS ECAs

C/O Finnish Association for Nature Conservation

Kotkankatu 9, 2.fl.

00510 Helsinki, Finland

Tel.: +358-9-22808226

Fax: +358-9-22808200

Email: _ HYPERLINK <mailto:tove.selin@sll.fi> _ tove.selin@sll.fi

Internet: _ HYPERLINK <http://www.vientiluotto.net> _ <http://www.vientiluotto.net>

(parcialmente em inglês)

SOBRE A FASE

A FASE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, é uma ONG brasileira com 40 anos de existência. A entidade tem como objetivo contribuir para uma alternativa de desenvolvimento, promovendo a integração e justiça social. Trabalha a partir de três programas nacionais: Amazônia Sustentável e Democrática, Direito à Cidade em Regiões Metropolitanas e Trabalho e Sócio-economia Solidária.

Um programa especial é o DESC, que tem como objetivo levar para a sociedade civil a perspectiva de defesa e exigência do cumprimento dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESC), propostos dentro do Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais (PIDESC), acordo internacional do qual o Brasil é signatário.

No Estado do Espírito Santo, a FASE trabalha com duas questões inter-relacionadas: uma crítica fundamental ao modelo regional de desenvolvimento, que se baseia nos chamados "grandes projetos", a partir dos quais dá-se prioridade ao plantio de eucalipto e ao setor exportador de produção de celulose, causando inúmeros impactos. A outra questão é o apoio à luta das comunidades remanescentes de quilombos no norte do estado para que essas comunidades sejam reconhecidas e consigam recuperar suas terras, hoje plantadas com eucalipto das empresas do setor.

A FASE-ES é um membro do Movimento Alerta contra o Deserto Verde, uma ampla rede de organizações, movimentos, comunidades locais, sindicatos, igrejas e cidadãos, em quatro estados do Sudeste brasileiro. Esta Rede se preocupa com a contínua expansão das plantações de eucalipto nas suas regiões, inclusive para vender "créditos de carbono". Ao mesmo tempo, a Rede tenta demonstrar a viabilidade de alternativas, desenvolvidas por vários movimentos e comunidades que participam dela.

FASE-ES tem sua sede na:

Rua Graciano Neves, 377 - 2º Pavimento - Centro
29015.330 - Vitória - ES
Brasil
Tel.: +55 27 33226330
Fax: +55 27 32237436
Email: fasees@terra.com.br
Página na internet: <http://www.fase.org.br>

Mapa

